

ATA DA 91ª (NONAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Sessão realizada aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do vereador César Augusto de Paiva Maia, com os trabalhos do 2º vice-presidente, José Michael Lucena Diniz, da 1ª secretária interina, Rárika de Araújo Bastos e do 2º secretário, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Irani Guedes de Medeiros, Raphaela da Silva Cruz, Marcos Antônio Gomes da Silva, Rômulo Dantas da Silva, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, César Maia, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinoense, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando a vereador Gabriel César para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Jeremias, capítulo 33, versículo 3. O presidente solicitou ao 2º Secretário, vereador Eurico da Japão, a leitura da Ata da 61ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de junho de 2025. O presidente, César Maia, agradeceu ao 2º secretário e iniciou a discussão e a votação da ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação, pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Projeto de Lei Complementar n. 013/2025 – “dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores públicos de Parnamirim/RN, institui piso salarial mínimo e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz); Projeto de Lei n. 223/2022 – “institui o Dia Municipal dos Recicladores (Catadores de Materiais Recicláveis) no Calendário Oficial de Eventos do Município de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva), reapresentado conforme Requerimento Legislativo n. 240/2025, aprovado na 84ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 21 de agosto de 2025; Projeto de Lei n. 086/2025 – “reconhece como de utilidade pública o

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 04/03/2026

Michaço Fernandes
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 04/03/2026

Michaço Fernandes
1º Secretário

Centro Cultural e Desportivo Jorginho Tavares – CCD” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa), rerepresentado conforme Requerimento Legislativo n. 244/2025, aprovado na 85ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 26 de agosto de 2025; Projeto de Resolução n. 027/2025 – “dispõe sobre a criação da Comenda aos Ambulantes de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires); Requerimento Legislativo n. 267/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no art. 74, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, a inclusão em pauta do Projeto de Lei n. 123/2025, para fins de reapresentação da matéria, nos termos regimentais aplicáveis” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rárika de Araújo Bastos); Requerimento Legislativo n. 268/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no art. 74, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, a inclusão em pauta do Projeto de Resolução n. 013/2025, para fins de reapresentação da matéria, nos termos regimentais aplicáveis” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rárika de Araújo Bastos); Requerimento Legislativo n. 270/2025 – “requer a inclusão do Projeto de Lei n. 166/2022 na pauta, que altera a nomenclatura oficial da Unidade Básica de Saúde Dr. André Nunes de Aquino, localizada no bairro Vida Nova, Conjunto Jockey Clube, Parnamirim/RN, para UBS Dra. Sônia Maria Pinho de Aquino” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos); Requerimento Legislativo n. 271/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no art. 162 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, autorização para que o Projeto de Lei n. 177/2024, que reconhece como de utilidade pública a instituição Agentes Ambientais de Parnamirim/RN – Ambiente em Movimento, inscrita no CNPJ n. 41.322.234/0001-32, seja devidamente desarquivado” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador César Augusto de Paiva Maia); Requerimento Legislativo n. 272/2025 – “requer a inserção em pauta de votação do Projeto de Lei n. 141/2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Hamilton Rademacker Pereira); Requerimento Legislativo n. 273/2025 – “requer, em conformidade com o disposto no art. 150 do Regimento Interno, a realização de sessão solene em homenagem ao Dia dos Ambulantes, comemorado no dia 14 de novembro de 2025” (autoria: Poder Legislativo

Municipal – vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires); Requerimento Legislativo n. 274/2025 – “requer, ouvido o Plenário, autorização para que o Projeto de Lei Complementar n. 013/2025, que dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores públicos de Parnamirim/RN, institui piso salarial mínimo e dá outras providências, tenha sua tramitação em regime de urgência” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora); Requerimento Legislativo n. 275/2025 – “requer, em conformidade com o disposto no art. 165, inciso VII, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja tramitado em regime de urgência o Projeto de Lei n. 195/2025, que dispõe sobre o parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento (Alvará) e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira); Requerimento Legislativo n. 276/2025 – “requer, na forma regimental e ouvido o Plenário, com fundamento no art. 163, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 110/2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador José Michael Lucena Diniz); Requerimento Legislativo n. 277/2025 – “requer a inserção em pauta de votação do Projeto de Lei n. 02/2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Hamilton Rademacker Pereira); Requerimento Legislativo n. 279/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no art. 31 da Constituição Federal, no art. 39 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no art. 100 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja realizada sessão solene em homenagem aos alunos atletas parnamirinos medalhistas nos Jogos Escolares do Rio Grande do Norte – JERNS” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Requerimento Legislativo n. 280/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no art. 163, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, a inclusão em pauta de audiência pública com o tema: discussão do Aeroporto Digital no Município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador César Augusto de Paiva Maia); Moção de Aplauso n. 161/2025 – “à Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Selim), na pessoa da secretária Roseane Paiva de Amorim, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador

Leonardo Lima da Costa); Moção de Aplauso n. 162/2025 – “à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setude), na pessoa do secretário Gilney Michell Delmiro de Góis, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); Moção de Aplauso n. 163/2025 – “à Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana (Sesdem), na pessoa do secretário Givanildo Gomes do Nascimento, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); Moção de Aplauso n. 164/2025 – “à Secretaria Municipal de Saúde (Sesad), na pessoa do secretário Lealdo Pezzi Araújo, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); Moção de Aplauso n. 165/2025 – “à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semsur), na pessoa do secretário Fabrício Lira Barbosa, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); Moção de Aplauso n. 166/2025 – “à Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos (Semnud), na pessoa da secretária Kathia Frassinetti Palhano de Oliveira, pelos serviços prestados na Festa do Sabugo de 2025, ocorrida entre os dias 29 e 31 de agosto de 2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Leonardo Lima da Costa); Moção de Pesar n. 048/2025 – “pelo falecimento da senhora Maria Marques da Silva, cidadã que deixa legado de valores e dedicação à família, causando grande pesar entre parentes, amigos e toda a comunidade” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rárika de Araújo Bastos); Moção de Pesar n. 049/2025 – “à sociedade norte-riograndense, em especial à cidade de Parnamirim e à família enlutada pelo falecimento do Brigadeiro do Ar Carlos Eduardo da Costa Almeida” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora). Indicações ns. 1622/2025 e 1623/2025, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Indicação n. 1625/2025, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 1629/2025 e 1632/2025, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; Indicação n. 1630/2025, de autoria da vereadora Rárika de Araújo Bastos;

Indicações ns. 1662/2025 e 1690/2025, de autoria do vereador Eder Rodrigues de Queiroz; Indicação n. 1675/2025, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira; Indicação n. 1682/2025, de autoria do vereador Marcos Antônio Gomes da Silva; Indicações ns. 1666/2025 e 1688/2025, de autoria do vereador Rômulo Dantas da Silva; Indicações ns. 1687/2025 e 1699/2025, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicação n. 1689/2025, de autoria do vereador José Michael Lucena Diniz; Indicações ns. 1695/2025 e 1697/2025, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicações ns. 1696/2025 e 1705/2025, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 1698/2025 e 1704/2025, de autoria do vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki; Indicações ns. 1700/2025 e 1701/2025, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 1712/2025 e 1721/2025, de autoria do vereador Michael Borges de Souza Bernardino; Indicações ns. 1717/2025 e 1720/2025, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva. Parecer da Comissão Permanente de Cultura e Desporto ao Projeto de Lei n. 036/2025 – “declara o ‘Beco do Picado’ patrimônio cultural de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – César Augusto de Paiva Maia); Parecer da Comissão Permanente de Cultura e Desporto ao Projeto de Lei n. 174/2025 – “declara patrimônio cultural imaterial do município de Parnamirim o acervo e a biografia do artista Almir Padilha e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora); Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final ao Projeto de Lei n. 139/2025 – “institui o Dia Municipal do Povo Cigano no município de Parnamirim/RN, a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Sérgio Murilo Muniz de Araújo); Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final ao Projeto de Lei n. 151/2025 – “declara como patrimônio histórico, social, cultural e de lazer em Parnamirim/RN o Maior Cajueiro do Mundo, localizado no distrito de Pirangi do Norte” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Eder Rodrigues de Queiroz); Parecer da Comissão Permanente de Saúde ao Projeto de Lei n. 053/2025 – “dispõe sobre a separação de um leito específico para mães de natimorto, separado de outras mães, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal –

Michael Borges de Souza Bernardino e Raphaela da Silva Cruz); Parecer da Comissão Permanente de Saúde ao Projeto de Lei n. 088/2025 – “dispõe sobre a criação da política municipal de detecção inicial do autismo na infância, no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Hamilton Rademacker Pereira); Parecer da Comissão Permanente de Saúde ao Projeto de Lei n. 096/2025 – “dispõe sobre o direito de pessoas com condições crônicas de saúde ao uso de insumos médicos, alimentação específica e objetos de autorregulação física ou funcional em espaços públicos e privados no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – César Augusto de Paiva Maia); Ofícios nºs 098/2025 e 307/2025 (autoria: Poder Executivo Municipal). O presidente, César Maia, agradeceu à 1ª secretária interina a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições, que teve como oradores inscritos os (as) vereadores (as): Irani Guedes, Carol Pires, Thiago Fernandes, Michael Diniz, Prof. Diego e Rhalessa de Clênio. O presidente convidou o vereador Irani Guedes para fazer uso da tribuna. Iniciando o seu pronunciamento, o vereador Irani Guedes cumprimentou o presidente, os colegas vereadores, as vereadoras e a população que acompanhava a sessão pela TV Câmara e presencialmente no Plenário. Informou que utilizava a tribuna para prestar contas da realização da 4ª Cavalgada da Independência, ocorrida no domingo, dia 7 de setembro, no município de Parnamirim. Destacou que o evento leva o nome de José Preto, personalidade tradicional da região, pai de Erivaldo do Bar Central e agradeceu a Emanuel, neto do homenageado, que é o responsável pela organização da cavalgada. Informou que destinou emenda impositiva no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a realização do evento, ressaltando que a iniciativa foi realizada com sucesso. O parlamentar agradeceu ao secretário municipal de Turismo, Gilney, pelo apoio e pela atuação à frente da pasta, bem como à prefeita Nilda, por atender à emenda impositiva e viabilizar a realização da cavalgada. Registrou também a presença do presidente da Câmara, vereador César Maia, que participou do percurso montado a cavalo, assim como da prefeita e do secretário. Estendeu os agradecimentos a todos os vaqueiros que participaram do evento, bem como às pessoas que

acompanharam de carro, motocicleta e bicicleta, contribuindo para o êxito da cavalgada. Informou que o evento foi encerrado na Chácara Central, com apresentações musicais das 14h às 22h, e que as camisas da cavalgada foram distribuídas mediante a doação de 01 (um) quilo de alimento não perecível. Os alimentos arrecadados serão distribuídos pelo organizador às famílias em situação de vulnerabilidade no bairro de Bela Parnamirim. Ressaltou que o percurso teve aproximadamente 7 a 8 quilômetros, passando por vias como a Avenida Mário Negócio, João XXIII e região do bairro Bela Parnamirim, destacando que não houve incidentes durante o trajeto. Encerrando, agradeceu a todos os envolvidos na organização e afirmou que o resultado foi gratificante. O presidente agradeceu ao vereador Irani Guedes e o parabenizou pela organização da Cavalgada da Independência, ressaltando a importância do evento para a valorização da cultura local e da tradição das cavalgadas, bem como o prestígio aos vaqueiros do município. Registrou também a presença da prefeita Nilda e do secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Gilney, e reafirmou o compromisso de apoiar a iniciativa em edições futuras. Na sequência, convidou o segundo orador inscrito, vereador Thiago Fernandes. Iniciando o seu pronunciamento, o vereador Thiago Fernandes cumprimentou o presidente, os parlamentares e a população presente, e parabenizou o vereador Gabriel César pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe bênçãos e felicidades. Prosseguindo, parabenizou o vereador Irani Guedes pela destinação da emenda impositiva para a realização da cavalgada, mas afirmou que gostaria de estender igual reconhecimento à gestão municipal pelo cumprimento das emendas impositivas em outras áreas. Relatou que, recentemente, um atleta do município representou Parnamirim em competição de futsal fora do estado, enfrentando demora superior a 40 dias na liberação de recursos previstos em emenda impositiva destinada a custear sua participação. Informou que o atleta precisou recorrer a empréstimos e comprometer recursos próprios para participar do evento, e que, até o momento, o pagamento não havia sido efetuado. Solicitou que o Poder Executivo realize o pagamento de forma indenizatória, ainda que após a realização do evento, considerando tratar-se de direito assegurado por emenda impositiva. Em seguida, abordou mudanças recentes na gestão municipal, mencionando substituições e remanejamentos em

cargos da administração. Citou a exoneração do então assessor de comunicação e sua nomeação como secretário adjunto de Turismo e Desenvolvimento Econômico, manifestando questionamentos acerca da escolha e dos critérios adotados. O vereador afirmou que, ao tomar conhecimento da exoneração, observou manifestações públicas de jornalistas e comunicadores, e registrou críticas quanto à condução anterior da comunicação institucional do Executivo. Desejou êxito ao novo assessor de comunicação, Lucas, destacando conhecê-lo e reconhecendo sua responsabilidade, expressando expectativa de melhoria na relação institucional com a imprensa e com o Legislativo. Encerrando sua fala, reiterou críticas à condução administrativa e afirmou esperar que as prioridades da gestão municipal sejam revistas. O presidente agradeceu ao vereador Thiago Fernandes e convidou o terceiro orador inscrito, vereador Michael Diniz, para fazer uso da palavra. Iniciando o seu pronunciamento, o vereador Michael Diniz cumprimentou o presidente, os demais parlamentares e a população presente no Plenário e os que acompanhavam pelos meios de comunicação da Casa. Informou que realizaria uma análise acerca dos gastos com as festividades juninas do município, ressaltando que utilizaria como recorte específico a Festa do Sabugo. Solicitou apoio da equipe técnica para exibição de dados em Plenário e apresentou o montante investido na referida festa, informando que o valor aproximado foi de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Utilizando recurso visual ilustrativo, buscou demonstrar, de forma comparativa, a dimensão do valor aplicado no evento. O parlamentar afirmou que, em seu entendimento, parte significativa desse montante poderia ter sido reduzida mediante a realização de parceria público-privada (PPP), modelo que, segundo destacou, é adotado em diversos municípios para viabilizar eventos culturais com menor impacto direto nos cofres públicos. Estimou que aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) poderiam ter sido poupados caso houvesse estruturação de parceria com a iniciativa privada. Em seguida, elencou possíveis destinações alternativas para o referido valor, caso tivesse sido economizado. Afirmou que seria possível instalar aparelhos de ar-condicionado em aproximadamente 10 (dez) escolas da rede municipal. Citou como exemplo a Escola Municipal Professora Alzelina de Sena Valença que, segundo relatou após visita recente, possui 10 (dez)

salas de aula sem climatização adequada, contando apenas com ventiladores, nem sempre em pleno funcionamento, tendo ocorrido, segundo seu relato, situações de mal-estar e desmaios de alunos e professores em razão do calor excessivo. Prosseguindo, afirmou que o valor também poderia ser utilizado para pavimentar aproximadamente 16.800 m² (dezesseis mil e oitocentos metros quadrados) de vias com piso intertravado, contratar cerca de 300 (trezentos) professores e auxiliares, ampliar significativamente a reforma da Unidade Básica de Saúde de Passagem de Areia, contratar aproximadamente 215 (duzentos e quinze) guardas municipais ou adquirir 5 (cinco) viaturas para reforço da segurança pública. O vereador declarou não ser contrário à cultura ou à realização de eventos tradicionais, mas defendeu que é necessário estabelecer prioridades na aplicação dos recursos públicos. Argumentou que, havendo possibilidade de firmar parcerias com empresas privadas para custear parte dos eventos, o município poderia reduzir despesas diretas e direcionar valores para áreas essenciais, como educação, saúde, infraestrutura e segurança. Afirmou que sua crítica não se dirigia à existência da festa, mas à forma como foi conduzida, reiterando que, desde o início de seu mandato, tem defendido a adoção de parcerias público-privadas como mecanismo de desenvolvimento econômico e racionalização de gastos. Na sequência, concedeu aparte ao vereador Eder Queiroz. O vereador Eder Queiroz iniciou afirmando não ter compreendido plenamente a comparação ilustrativa apresentada, mas destacou que também defende melhorias na infraestrutura das escolas municipais. Informou que as reformas na rede de ensino já teriam sido iniciadas sob a coordenação da secretária Eliza, ressaltando que, diferentemente de intervenções anteriores, as reformas atuais estariam sendo realizadas de maneira estrutural, incluindo substituição de telhados, pintura completa, troca de materiais e reestruturação de ambientes, buscando solucionar problemas históricos. O vereador destacou que a Secretaria Municipal de Turismo possui como finalidade institucional a promoção de eventos culturais e turísticos, sendo a Festa do Sabugo uma festividade tradicional do município. Mencionou gestões anteriores, citando que, em determinado período, apresentações artísticas chegaram a custar valores elevados, como o show do cantor Gustavo Lima, que teria sido contratado por aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão

e duzentos mil reais), dentro de um montante global que variava entre R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), conforme recordou. Defendeu que eventos dessa magnitude movimentam a economia local, beneficiando comerciantes, barraqueiros, ambulantes, vendedores informais, proprietários de estacionamentos, prestadores de serviços, motoristas e demais trabalhadores que dependem do fluxo gerado pelas festividades. Argumentou que o investimento público retorna ao município por meio da arrecadação de impostos e da circulação de renda. Relatou sua experiência pessoal como filho de comerciante em região litorânea, afirmando que, em localidades turísticas, determinados períodos do ano concentram a maior parte da renda que sustenta as famílias durante os meses de baixa movimentação econômica. Assim, defendeu que o município deve atuar como indutor do desenvolvimento, promovendo eventos que aqueçam a economia. O vereador Eder Queiroz concluiu parabenizando a prefeita e o secretário de Turismo pela organização do evento. Retomando a palavra, o vereador Michael Diniz questionou os dados apresentados sobre retorno financeiro, indagando se, de fato, a festa teria proporcionado arrecadação de aproximadamente R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), conforme mencionado, afirmando que, se houvesse proporcionalidade direta entre investimento e retorno nessa magnitude, seria um dos melhores investimentos possíveis. Contudo, manifestou ceticismo quanto aos números, defendendo maior transparência e comprovação técnica acerca dos impactos econômicos efetivos do evento. Reafirmou não possuir vínculo com gestões anteriores e declarou que mantém postura crítica tanto em relação à administração atual quanto a administrações passadas, classificando-as de mediocres. Segundo afirmou, seu posicionamento é pautado pela coerência e pela defesa do uso responsável dos recursos públicos. Reiterou as críticas às condições da Escola Professora Alzelina, afirmando que problemas estruturais persistem, como ausência de portas em banheiros e deficiências nas instalações, defendendo que as prioridades do orçamento municipal devem ser revistas. Por fim, reforçou sua defesa das parcerias público-privadas como instrumento para viabilizar eventos e investimentos sem comprometer excessivamente os cofres públicos. Declarou que não concorda com a lógica de que os fins justificam os meios,

defendendo que o desenvolvimento deve ocorrer com planejamento, responsabilidade fiscal e coerência administrativa. O vereador Michael Diniz concedeu um aparte ao vereador Chicão. O vereador Chicão iniciou cumprimentando a todos e agradecendo ao vereador Michael Diniz pela concessão do aparte. Declarou que discordava do posicionamento apresentado quanto à realização da Festa do Sabugo por meio de parceria público-privada. Afirmou que o setor privado é importante para diversos segmentos, mas que, naquele caso específico, poderia resultar no fechamento do evento, como teria ocorrido há dois anos, quando a festa foi restrita e os comerciantes locais ficaram de fora. Destacou que, nesta edição, a festa foi aberta, permitindo inclusive a entrada com *cooler*, possibilitando que qualquer cidadão participasse levando suas próprias bebidas. Ressaltou que ambulantes da cidade puderam trabalhar no evento e que, caso houvesse concessão exclusiva para um bar ou empresário específico, muitos comerciantes locais teriam sido excluídos. Segundo ele, ao entregar o evento integralmente ao setor privado, corre-se o risco de impedir que o pequeno vendedor participe e obtenha sua renda. Em relação à educação, afirmou que o município passou oito anos sem reformas estruturais nas escolas. Comparou a situação a uma casa que passa oito anos sem pintura ou manutenção, resultando em deterioração. Informou que atualmente existem cinco reformas em andamento e que não é possível realizar todas simultaneamente, mas que há um cronograma sendo executado. Disse que trará posteriormente à tribuna o detalhamento dessas obras. Pontuou ainda que o grupo político que elegeu o vereador Michael Diniz também integrava a gestão anterior, defendendo que é preciso reconhecer responsabilidades e ter cautela ao apontar falhas. Concluiu pedindo paciência e equilíbrio nas críticas, agradecendo pelo espaço. Retomando a palavra, o vereador Michael Diniz afirmou que não pretendia aprofundar o assunto, mas considerou necessário esclarecer alguns pontos. Relatou que, durante a gestão do ex-prefeito Rosano Taveira, quando anunciou sua candidatura pelo Partido Liberal (PL), não foi bem recebido e enfrentou dificuldades políticas. Declarou que sofreu perseguição naquele período e que sua posição de oposição já vem desde então. Disse que não gostaria de trazer relatos pessoais à tribuna, mas considerou importante contextualizar. Esclareceu que, ao defender parceria público-privada, não se refere à cobrança

de ingresso ou à imposição de pagamento adicional à população. Argumentou que, no mercado, a publicidade é uma ferramenta estratégica e que grandes empresas poderiam patrocinar o evento em troca de exposição de marca, menções por artistas e inserção de banners, reduzindo significativamente o custo público da festa. Citou como exemplo empresas locais de grande porte que poderiam participar como patrocinadoras, fortalecendo a economia e diminuindo o investimento direto do município. Acrescentou que, mesmo com o modelo adotado, houve relatos de dificuldades na organização das barraquinhas externas, apontando que sempre há pontos a serem aprimorados. O vereador Michael Diniz concedeu um aparte ao vereador Michael Borges. O vereador Michael Borges iniciou agradecendo a concessão do aparte e manifestou admiração pelo vereador Michael Diniz, destacando que, embora nem sempre concorde com seus posicionamentos, respeita sua forma de defender o que acredita. Afirmou que esse é o espírito da democracia. Ao tratar das festas do município, afirmou que o debate costuma se concentrar na geração de emprego e renda, mas que é necessário considerar também o impacto social e cultural. Questionou quantas pessoas em Parnamirim são fãs de artistas como Taty Girl e Zezo e que, muitas vezes, não teriam condições financeiras de pagar por um show privado desses artistas. Destacou que muitas famílias possuem orçamento apertado e que eventos públicos dessa magnitude oferecem lazer qualificado gratuitamente, com segurança, infraestrutura, conforto e acessibilidade, comparáveis a grandes eventos realizados na Arena das Dunas. Mencionou que a vereadora Rafaela de Nilda implementou uma inovação importante ao incluir uma sala de estabilização no evento, ampliando o cuidado com o público. Reconheceu que não compareceu à festa por motivo de saúde, mas acompanhou as iniciativas. Ressaltou que o lazer também é política pública e que, para muitas pessoas, aquele pode ter sido o único momento de entretenimento do ano. Observou que ingressos para shows desse porte podem variar entre R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais) ou mais, tornando inviável para famílias inteiras participarem de eventos privados. Destacou ainda que, neste ano, com a liberação da entrada com *cooler* — medida proposta pelo vereador Chicão —, houve redução nas vendas internas de bebidas, mas ampliação do acesso da população, que pôde comprar em

supermercados e levar ao evento. Segundo ele, isso beneficiou diretamente as famílias. Enfatizou que o evento ocorreu sem registros graves de violência, o que considerou uma vitória significativa para o município, lembrando que, em anos anteriores, eventos em Parnamirim foram marcados por ocorrências que geraram medo na população. Defendeu que eventos culturais promovem interação social e ocupação dos espaços públicos, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Citou o livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, de Jane Jacobs, afirmando que as cidades entram em declínio quando os espaços públicos deixam de ser utilizados e a convivência diminui. Afirmou que eventos como esse contribuem para revitalizar locais como o Parque Aristófanés Fernandes, que, embora pertença ao Estado, é considerado pela população como parte da identidade cultural da cidade. Informou que há projeto de reforma previsto para o espaço. Concluiu destacando que a festa gerou entretenimento, lazer, segurança e integração social, agradecendo o debate e parabenizando o vereador pelo tema trazido à tribuna. Retomando a palavra, o vereador Michael Diniz agradeceu ao vereador Michael Borges pelo aparte. Iniciou afirmando que parabenizava o colega por sempre defender a liberdade de expressão, destacando que esse é um valor que, segundo ele, vem sendo enfraquecido no país. Citou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes como exemplo de perseguições a opiniões divergentes e declarou que também defende o direito de cada um se manifestar sem sofrer represálias. Ressaltou que reprimir alguém por aquilo que pensa é um dos maiores problemas da atualidade, desde que não haja prática de ilícito. Dirigindo-se ao vereador Michael Borges, afirmou que sua posição não representa uma visão limitada, mas, ao contrário, uma visão ampla. Disse que não está falando das pessoas que estão na festa aproveitando seu momento de lazer — que reconhece como importante e, muitas vezes, único no ano —, mas das pessoas que estão sendo assaltadas, das que estão doentes aguardando atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), das que precisam de medicamentos na maternidade. Afirmou que, embora não tenham ocorrido mortes durante a festa — o que considerou positivo —, houve registro de óbitos e situações graves na maternidade e problemas persistentes na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ao longo do ano. Disse que houve apenas remanejamento de estrutura,

mas que os problemas continuam acontecendo por falta de eficiência e presença do poder público. Em relação às reformas das escolas, declarou concordar que não é possível reformar todas ao mesmo tempo. Contudo, afirmou que é justamente por isso que defende parcerias público-privadas, redução do tamanho da máquina pública, cortes de gastos e maior eficiência administrativa. Concedeu um aparte à vereadora Rárika Bastos. A vereadora Rárika Bastos cumprimentou o vereador e afirmou que o tema trazido é pertinente. Disse que é necessário ampliar a visão estratégica da cidade de Parnamirim, inclusive no que se refere à captação de recursos e à formalização de parcerias público-privadas. Entretanto, ressaltou que, para que essas estratégias sejam viáveis, o município precisa demonstrar capacidade de execução e organização. Destacou que a Festa do Sabugo faz parte do calendário cultural da cidade há 44 anos, mas que, durante muito tempo, deixou de integrar o roteiro dos grandes eventos do estado. Segundo ela, nos últimos dois anos o evento foi reconstruído, ganhando nova estrutura, reforço em segurança pública e reposicionamento dentro da região metropolitana. Afirmou que a festa renasceu como atividade criativa, com potencial de geração de emprego e renda, estímulo cultural e abertura para futuras parcerias. Mencionou que, segundo dados apresentados anteriormente com base na FEMURN e na Fecomércio, a edição anterior teria movimentado cerca de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) na economia, considerando não apenas o consumo direto no evento, mas toda a cadeia produtiva envolvida — hospedagem, comércio, contratação de bandas e serviços. Destacou que Parnamirim perdeu espaço ao longo dos anos no roteiro cultural e turístico do Rio Grande do Norte e que precisa se reposicionar. Afirmou que eventos consolidados, como o “Chuva de Balas”, em Mossoró, contam com investimento internacional e parcerias público-privadas justamente porque demonstram retorno financeiro e organização consistente. Segundo a vereadora, é necessário consolidar o evento por meio de execuções bem-sucedidas para que o município possa credenciar-se junto a grandes empresas e fundos nacionais. Empresas patrocinadoras avaliam retorno midiático, público e impacto financeiro antes de investir. Assim, defendeu que o sucesso desta edição fortalece o município para buscar PPPs nas próximas. Reforçou que o evento faz parte de um calendário estratégico e que a observação feita pelo vereador é

válida, mas que o município precisa primeiro demonstrar capacidade de execução para ampliar investimentos externos. Finalizou. Em seguida, o vereador Michael Diniz cumprimentou o vereador Gabriel César pelo seu aniversário, desejando saúde e sucesso, e concedeu um aparte a ele. O vereador Gabriel César elogiou o debate trazido à tribuna, afirmando que a discussão central é sobre prioridades da gestão. Destacou que, embora eventos movimentem a economia, é preciso analisar como a gestão administra os demais setores durante a realização da festa. Relatou que, na sexta-feira, foi divulgado nas redes sociais da prefeita Nilda que a saúde estava funcionando normalmente, mas que no sábado houve problema grave no transporte sanitário, deixando pacientes sem deslocamento para hemodiálise. Afirmou que, enquanto havia estrutura de saúde montada na Festa do Sabugo, pacientes enfrentavam dificuldades em serviços essenciais. Relatou também que ocorreram arrombamentos no centro da cidade durante a madrugada, alegando que parte do efetivo da guarda municipal estava concentrado no evento. Disse ter solicitado anteriormente ao secretário reforço no policiamento ostensivo durante a madrugada para evitar esse tipo de ocorrência. Acrescentou ainda denúncia recebida de que lençóis da UPA teriam sido deslocados para a estrutura montada na festa, em razão de problemas na lavanderia da maternidade. Reforçou que o questionamento não é contra a realização do evento, mas sobre prioridades administrativas. Afirmou que é possível realizar a festa, desde que os demais setores — especialmente saúde e segurança — não sejam prejudicados. Concluiu afirmando que a gestão precisa avaliar o que funcionou e o que falhou, garantindo que serviços essenciais não sejam comprometidos. Disse que, após denúncia sobre o transporte sanitário, a empresa responsável teria sido notificada pela Secretaria de Saúde. Finalizou reiterando que o município pode promover eventos, mas deve assegurar que o básico — especialmente a saúde — esteja funcionando plenamente, sem criar uma “cortina de fumaça” que esconda problemas estruturais. Agradeceu e encerrou. O vereador Michael Diniz concedeu um aparte à vereadora Rhalessa de Clênio. A vereadora agradeceu pelo aparte e cumprimentou o vereador Michael Diniz, os demais parlamentares e a população que acompanhava a Sessão. Afirmou que não poderia deixar de se manifestar diante da fala em que o vereador teria

classificado a prefeita e o antigo gestor como medíocres. Disse que considera inadequado tentar diminuir uma pessoa que enfrenta os desafios de uma gestão complexa como a de Parnamirim, ressaltando que levar o debate para o campo pessoal torna a discussão ainda mais difícil. Declarou que, como mulher, sentiu-se atingida pela forma como a expressão foi utilizada e afirmou que não se calaria diante de situações que considera desrespeitosas. Recordou episódios da gestão anterior envolvendo eventos como o show de Gustavo Lima, relatando que atuou judicialmente, tendo obtido reconhecimento no Tribunal de Contas e no Ministério Público em processos relacionados a direcionamentos dentro de parcerias público-privadas. Ressaltou que defende parcerias público-privadas, por entender que são instrumentos importantes para o desenvolvimento da cidade, mas frisou que devem ocorrer com transparência e respeito à coletividade. Recordou que, em edições passadas, houve críticas quanto à cobrança de camarotes e ao direcionamento de estruturas para empresas específicas. Comparou com a atual edição da Festa do Sabugo, afirmando que houve valorização dos ambulantes, maior organização estrutural, integração entre secretarias como Turismo, Saúde, SEMSUR e Segurança, e preocupação com a população mesmo diante de adversidades climáticas. Defendeu que a primeira edição da festa na gestão da prefeita Nilda foi planejada de forma diferenciada e que é preciso reconhecer os avanços. Pontuou que a saúde pública é um desafio permanente em todo o país, comparando-a a um “saco sem fundo”, no sentido de que quanto mais se investe, mais demandas surgem. Disse que utilizar situações pontuais para diminuir esforços coletivos é desconsiderar o trabalho realizado por servidores e parlamentares. Reafirmou que a palavra “mediocre” é forte e inadequada para qualificar uma gestão que, segundo ela, está organizando a casa e promovendo avanços em oito meses. Informou, ainda, que defenderá, no âmbito da reforma administrativa a ser encaminhada à Casa, a criação de espaço específico para diretoria de PPP, como forma de estruturar melhor futuras parcerias. Concluiu afirmando que ocupar a chefia do Executivo envolve ônus e bônus, e que a gestão segue enfrentando desafios diariamente. Retomando a palavra, o vereador Michael Diniz respondeu que, ao utilizar o termo “mediocre”, referia-se ao sentido literal da palavra, isto é, algo que não é ótimo nem ruim, mas mediano. Disse que,

diante dos resultados apresentados, a gestão deveria considerar tal classificação até como elogio. Afirmou que, se a saúde é constantemente apontada como um setor onde quanto mais se investe mais faltam recursos, repetir as mesmas ações sem resultados diferentes caracteriza, segundo ele, erro de gestão. Citou a ideia atribuída a Albert Einstein de que insistir nas mesmas práticas esperando resultados diferentes é sinal de insanidade. Sustentou que a avaliação da gestão deve ser feita também com base na opinião popular, mencionando dados de pesquisas que indicariam crescimento na rejeição da prefeita. Declarou que a gestora assumiu o cargo ciente das dificuldades e que não pode alegar desconhecimento dos desafios. Acrescentou que problemas em parcerias público-privadas não são exclusividade de um setor, mencionando que diversas instituições no país já enfrentaram episódios de corrupção, e que isso não deve servir como impedimento para discutir modelos alternativos de gestão. Encerrando sua fala, desejou bênçãos a todos. O vereador Thiago Fernandes assumiu a 1ª secretaria. Na sequência, o presidente convidou a quarta oradora inscrita, vereadora Carol Pires. A vereadora cumprimentou o presidente, os vereadores e o público presente, e informou que traria à tribuna um tema relacionado ao fardamento escolar dos alunos da rede municipal. Relatou que, ao acompanhar pelas redes sociais a abordagem do vereador Gabriel César à prefeita sobre os uniformes, recordou-se de publicação no Diário Oficial referente a contrato firmado com empresa especializada em confecção de fardamentos. Informou que o contrato, no valor de R\$ 2.505.609,00 (dois milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e nove reais), possui vigência até 31 de dezembro de 2025. Disse que, segundo declaração da prefeita, em janeiro seria entregue um cartão para que as famílias adquirissem os uniformes, o que gerou questionamento sobre a coexistência de contrato vigente e eventual nova modalidade de aquisição. Sugeriu o envio de requerimento à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos quanto à validade do contrato, à ausência de execução até o momento e aos motivos para não ter sido emitida ordem de serviço para confecção dos fardamentos destinados a aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) alunos. Concedeu um aparte ao vereador Gabriel César. Em aparte, o vereador Gabriel César parabenizou a vereadora pelo tema e solicitou acesso à documentação para análise. Relatou que, durante o

desfile cívico, observou ausência de fardamento em diversas escolas, bem como atraso significativo no início do evento, que estava previsto para as 15h e começou por volta das 16h30. Disse que recebeu relatos de pais informando que crianças deixaram de participar do desfile por não possuírem uniforme completo, inclusive tênis adequado. Destacou que o fardamento foi prometido desde fevereiro de 2025 e que o ano letivo já se encontra em fase avançada. Afirmou que já encaminhou ofícios e requerimentos sem obter respostas e que, como membro da Comissão de Educação, cobrará explicações formais da secretária da pasta. Ressaltou que a população precisa de respostas concretas e que a prioridade deve ser garantir o básico — fardamento, transporte, merenda e estrutura escolar adequada. Concluiu parabenizando a vereadora pela iniciativa e reiterando a necessidade de esclarecimentos por parte da Secretaria de Educação. A vereadora Carol Pires agradeceu ao vereador Gabriel César e concedeu um aparte ao vereador Michael Diniz. Com a palavra, o vereador Michael Diniz agradeceu o aparte e relatou que recebeu, via WhatsApp, um depoimento da senhora Aparecida. Informou que a mensagem dizia: “Cheguei aqui, era 13h30, no desfile. O povo está indo embora, falta organização, os idosos estão em pé, não tem água e gente passando mal. Absurdo. O idoso nessa cidade não tem um canto para sentar, somos os últimos da fila e está apertado, sem água, chega a passar mal”. Destacou que a referida senhora foi embora diante da situação. O parlamentar afirmou que o cenário relatado demonstrava falta de empatia. Recordou que, em anos anteriores, o desfile cívico no município de Parnamirim era organizado de forma diferente, havendo cadeiras e espaços destinados à população para que pudesse assistir com mais conforto. Acrescentou que o retrato atual da situação do município, nas áreas de saúde, segurança e educação, refletiria a própria gestão municipal. Finalizou somando-se à pauta apresentada pela vereadora Carol Pires. A vereadora Carol Pires agradeceu ao vereador Michael Diniz e concedeu aparte ao vereador Thiago Fernandes. Com a palavra, o vereador Thiago Fernandes parabenizou a autora da pauta e solicitou a subscrição do Requerimento apresentado, informando que, devido ao volume de demandas no gabinete, o documento não havia sido protocolado anteriormente. Relatou que acompanhou a publicação do contrato mencionado e que, à época, já havia feito questionamentos

semelhantes aos apresentados pela vereadora. Manifestou preocupação quanto ao anúncio da utilização de um cartão na área da educação antes mesmo da realização do devido processo licitatório. Questionou quem venceria o certame, quem administraria o contrato e a operacionalização do referido cartão. Indagou se haveria novos indícios relacionados a denúncias recentes na gestão municipal e se o caso poderia representar mais um episódio controverso na atual administração, que conta com oito ou nove meses. Ainda em sua fala, mencionou relatos recebidos sobre o desfile cívico, inclusive de idosos e crianças. Informou ter recebido imagem da gestora municipal em um estabelecimento no centro da cidade por volta das 15h30, embora o evento estivesse marcado para as 15 h, entendendo tal fato como desrespeito ao cumprimento do horário estabelecido. Ressaltou que, independentemente do horário definido, cabe à gestora cumpri-lo. Finalizou reiterando os cumprimentos à autora da pauta. A vereadora Carol Pires agradeceu ao vereador Thiago Fernandes e concedeu aparte à vereadora Rárika Bastos. Com a palavra, a vereadora Rárika Bastos parabenizou a iniciativa de trazer o tema à discussão. Registrou que, embora reconhecesse a atuação do vereador Gabriel César, entendia que a Casa Legislativa dispunha de outros instrumentos para obtenção de respostas. Informou que, em reunião com o líder do governo, discutiu-se o funcionamento do cartão da educação, incluindo questões como credenciamento de empresas, critérios de escolha e aferição da qualidade do material fornecido. Esclareceu que, segundo informação da Secretária de Educação, o contrato vigente tratava-se de adesão a ata, a qual não teria sido executada devido à divergência no material apresentado, situação que permitiria à Administração optar por não proceder com a contratação. Quanto ao desfile cívico, considerou legítimos os questionamentos sobre o fardamento escolar, mas ponderou que o desgaste em desfiles é realidade histórica. Compartilhou experiência pessoal de infância em Natal, quando aguardava por longos períodos para assistir aos desfiles, muitas vezes sem acesso a água, em contexto de vulnerabilidade social. Destacou que a mudança de local do evento representou diferença significativa em comparação aos anos anteriores, quando idosos ficavam alocados nas calçadas da Cohabinal e as escolas, em sua maioria, não participavam. Ressaltou que, na edição atual, houve participação das escolas, ainda que nem

todas tenham conseguido enviar alunos, sendo representadas por professores em alguns casos. Argumentou que o envio das 67 (sessenta e sete) escolas demandaria estrutura de transporte público compatível, o que poderia não estar previsto no orçamento. Avaliou que a Secretaria teria adotado critério para participação das unidades que já possuíam projetos estruturados de desfile. Reconheceu a necessidade de avaliação da logística, especialmente quanto ao transporte das bandas marciais e ao tempo de espera para início do evento. No entanto, afirmou que houve inovação na organização e parabenizou a secretária Eliza pelo empenho. Finalizou expressando expectativa de que, no próximo ano, todas as 67 (sessenta e sete) escolas participem com fardamento adequado, reiterando que os questionamentos apresentados são legítimos, mas que também se deve reconhecer os avanços observados. A vereadora Carol Pires agradeceu à vereadora Rárika Bastos e concedeu aparte ao vereador Prof. Ítalo. Com a palavra, o vereador Prof. Ítalo cumprimentou os parlamentares, o público presente e os que acompanhavam pelas mídias, agradecendo à vereadora Carol Pires e dando-lhe as boas-vindas à Casa. Ao tratar da pauta da educação, afirmou que o planejamento educacional não pode ser realizado no meio do ano, mas sim de um exercício para o outro. Destacou que o planejamento do ano seguinte deve ocorrer previamente, razão pela qual considerava inviável a entrega de fardamento ainda no corrente ano, entendendo que tal discussão já estaria superada. Em relação ao cartão mencionado, afirmou já ter dialogado sobre o tema e classificou a iniciativa como um avanço. Relatou sua experiência no ambiente escolar, apontando dificuldades recorrentes na distribuição de fardamentos, como tamanhos inadequados e insuficiência de peças, gerando transtornos. Assim, avaliou que a implementação do cartão, prevista para o próximo ano, representaria melhoria significativa. Declarou confiar que, em 2026, os alunos estarão devidamente fardados no desfile. Lembrou que o orçamento atualmente executado pela prefeita corresponde ao exercício anterior, reforçando a necessidade de planejamento para a área educacional. Mencionou que, diante de um contrato que não atenderia às necessidades, seria mais prudente não executá-lo e optar por nova solução, como o cartão. Quanto ao desfile cívico, afirmou que, em sua avaliação, o evento foi um sucesso. Relatou ter percorrido toda a extensão da avenida Monte

Castelo, observando que não havia aglomeração semelhante à verificada anteriormente na Cohabinal. Declarou ter percebido satisfação por parte do público presente. Sobre atrasos, reconheceu que ajustes podem ser realizados, especialmente considerando a presença de crianças, mas afirmou que atrasos não são novidade em eventos dessa natureza. Recordou sua experiência como militar, mencionando que frequentemente chegava ao quartel às 4h da manhã para desfiles que iniciavam às 10h30, destacando que eventos militares raramente começam exatamente no horário previsto. Ressaltou, contudo, que ajustes são possíveis. Afirmou que apontar falhas pontuais, como ausência de fardamento ou atraso, não descaracterizaria o evento, pois tais situações ocorreriam há anos. Destacou que, em sua avaliação, os acertos superaram os erros. Parabenizou a secretária Eliza e a professora Nilda pela realização do desfile, mencionando que escolas estaduais, como Presidente Roosevelt, que anteriormente relutavam em participar, desta vez teriam elogiado a organização. Finalizou reiterando que a cobrança para 2026 é legítima, mas que não seria viável insistir na entrega de fardamento ainda em 2025. A vereadora Carol Pires agradeceu ao vereador Prof. Ítalo e, em seguida, ponderou que concordava quanto à necessidade de planejamento anual, mas questionou como teria sido celebrado contrato em 12 de junho, prevendo prazo de 60 dias para entrega dos fardamentos. Argumentou que, nesse caso, em 12 de agosto os alunos já deveriam estar fardados, apontando contradição na justificativa apresentada. Ressaltou que a prefeita já exerceu a função de diretora escolar, razão pela qual teria pleno conhecimento da importância do planejamento. Quanto ao desfile, questionou o atraso da gestora municipal, indagando sobre o respeito aos alunos presentes. Reconheceu a importância de eventos como o Sabugo, destacando seu impacto econômico, mas questionou a ausência de estrutura mínima, como banheiros, durante o desfile. Reafirmou que seria contraditória a divulgação do cartão ainda sem processo licitatório concluído ou contrato firmado. Mencionou declarações públicas da prefeita acerca da entrega do cartão em janeiro, questionando qual empresa seria responsável e quais acordos estariam estabelecidos. Concluiu afirmando que a população necessita de esclarecimentos. O presidente, César Maia, solicitou a vereadora Rárika Bastos que ela assumisse a presidência. Na sequência, a

presidente interina, Rárika Bastos, convidou a vereadora Rhalessa de Clênio para fazer uso do tempo de liderança. A vereadora Rhalessa de Clênio solicitou autorização para falar da bancada, cumprimentou a Presidência, os vereadores, o público presente e os que acompanhavam pelas mídias. Iniciou relembrando um marco histórico de 1945, destacando a Batalha de Monte Castelo como exemplo de força, coragem, patriotismo e perseverança do povo brasileiro, relacionando o fato à avenida Bela Parnamirim, onde ocorreu o desfile. Afirmou que, como qualquer evento, o desfile enfrentou desafios, especialmente logísticos, em razão da mudança e da busca por inovação. Declarou ter participado do evento com emoção, ressaltando a importância simbólica da avenida para sua história pessoal, por ser moradora e defensora da comunidade. Destacou que o desfile contou com apresentação de militares, escolas municipais, estaduais e privadas, além de secretarias como Educação, Segurança, Assistência Social e Saúde. Enfatizou a participação de bandas marciais, inclusive de outros municípios, considerando o evento marcante na memória de crianças e jovens. Parabenizou os envolvidos na gestão pela iniciativa e pelo impacto positivo na comunidade. Contudo, registrou indignação quanto à postura adotada por vereador na abordagem do tema, afirmando que não questionava a legitimidade da pauta sobre fardamento, mas a forma como foi conduzida, entendendo que houve tentativa de inferiorizar ou ridicularizar o momento, especialmente considerando que a prefeita é mulher. Reiterou que temas como fardamento, merenda, transporte escolar e estrutura física das escolas são de interesse de todos e fundamentais para a qualidade da educação, contexto que classificou como desafiador em âmbito municipal e nacional. Sobre o cartão Educa Parnamirim, informou que funcionará como crédito pré-pago, liberado ao responsável pelo aluno no ato da renovação da matrícula para 2026, mediante orientações na unidade escolar. Explicou que o material e o fardamento serão adquiridos por meio de comércio local credenciado via edital, exigindo cumprimento das obrigações fiscais e tributárias, fomentando a economia do município. Informou ainda que a gestão anterior teria deixado débito superior a um milhão de reais e que a empresa WR, de Recife, apresentou ata para fornecimento de fardamento, mas o material teria sido rejeitado por falta de qualidade, estando o destrato em andamento.

Finalizou afirmando que se soma aos vereadores interessados na fiscalização do tema, ressaltando que o debate é de interesse coletivo, mas que não se deve diminuir a importância do evento realizado, expressando confiança de que no próximo ano haverá melhorias, defendendo avanço com responsabilidade. A vereadora concedeu um aparte ao vereador Michael Borges. Com a palavra, o vereador Michael Borges agradeceu à vereadora Rhalessa de Clênio pelo aparte. Informou que ouviu atentamente a fala da vereadora e os apartes anteriores, destacando estar atento aos acontecimentos da política municipal. Ao externar suas reflexões, afirmou que todos os parlamentares estão na Casa fazendo política, lutando pelo que acreditam, cada um ao seu modo, estilo e base eleitoral. Observou que, muitas vezes, o ambiente político é tratado como um fim em si mesmo, em razão da emoção do momento, que pode condicionar posicionamentos mais intensos. Ressaltou que o tempo de mandato é limitado, mencionando que já se aproxima de um ano de legislatura, restando apenas três anos pela frente. Destacou a responsabilidade decorrente das promessas feitas nas urnas, da confiança depositada pela população e da expectativa por resultados concretos. Reconheceu que, na prática, a teoria se mostra diferente, o que pode gerar aflição e inquietação nos parlamentares. Alertou, contudo, para a necessidade de cautela nesse processo, a fim de evitar a criação de relações inconciliáveis. Defendeu que, ao discutir uma pauta específica, o debate deve se concentrar no objeto em questão, sem atingir a honra, a dignidade ou a imagem das pessoas. Ressaltou que a política é dinâmica, citando como exemplo alianças que se transformam ao longo do tempo, inclusive na eleição da atual prefeita, professora Nilda, quando antigos críticos passaram a integrar sua base, assim como ocorre em âmbito nacional com lideranças como Lula e Bolsonaro. Pontuou que existem movimentos políticos que se tornam inconciliáveis quando ultrapassam limites e atingem a honra pessoal. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de conflitos extrapolarem o campo político, podendo gerar processos éticos ou disciplinares na Casa, ou mesmo prejudicar a imagem institucional da Câmara. Recordou situações vistas em outras Câmaras Municipais, nas quais Sessões resultaram em confrontos físicos entre parlamentares, afirmando que não deseja que Parnamirim vivencie cenário semelhante. Reforçou que todos os vereadores carregam grande

responsabilidade, diante de uma população que cobra resultados diariamente. Defendeu que jamais se perca a capacidade de respeitar o próximo e de estabelecer limites nos tratamentos. Destacou que imagens negativas, quando viralizam, não o fazem por mérito, mas por estarem fora da curva, observando que conteúdos negativos tendem a se espalhar mais do que atitudes positivas. Finalizou afirmando que a política é passageira, mas as relações pessoais permanecem, defendendo que, independentemente de posicionamentos políticos, todos devem manter o respeito mútuo, amar a cidade de Parnamirim e trabalhar pelo que é melhor para o município, respeitando autoridades constituídas e posições hierárquicas, mantendo o equilíbrio institucional. A vereadora Rhalessa de Clênio agradeceu o aparte e afirmou que a fala servia de reflexão para muitos, inclusive para o próprio vereador. Declarou que não poderia se calar diante de gestos que a incomodam, ressaltando que já houve debates calorosos na Casa conduzidos com ética e respeito, preservando as relações institucionais. Destacou que o objetivo é manter harmonia e continuar trabalhando. Em seguida, foi concedido um aparte ao vereador Prof. Ítalo, que reforçou a questão do desfile cívico. Destacou que Monte Castelo possui relação histórica com o tema e que a avenida Bela Parnamirim é uma das maiores do município, permitindo contemplar adequadamente o evento. Comparou com a praça cívica em Natal, onde desfiles são realizados com êxito. Relatou que, como militar, reconhece a importância de detalhes protocolares, mencionando que, na Cohabinal, o “olhar à esquerda” era desfavorável sob a ótica militar, enquanto no novo local o “olhar à direita” se mostrou mais adequado, inclusive havendo comentário do comandante da Marinha sobre o aspecto técnico. Afirmou que ajustes podem ser feitos, mas avaliou que a prefeita Nilda, junto à secretária Eliza, encontrou local ideal para as solenidades cívicas, com tendência de aprimoramento nos próximos anos. A vereadora Rhalessa de Clênio concedeu um aparte ao vereador Prof. Diego. O vereador Prof. Diego, com a palavra, parabenizou a vereadora pela indicação de realização do desfile na referida avenida, destacando a valorização da região, o fortalecimento do comércio e a aproximação com a comunidade. Ressaltou que foi a primeira vez que um ato cívico dessa importância ocorreu dentro das comunidades. Afirmou que o desfile representou um momento histórico, sendo o

primeiro executado por uma gestão após 24 anos. Declarou ter acompanhado o evento do início ao fim, considerando-o exitoso e relevante para a cidadania, ressaltando que cidadania não se resume aos símbolos nacionais, mas envolve diversos aspectos sociais. Sobre a estrutura, afirmou que havia banheiros químicos disponíveis e que o espaço proporcionava conforto e segurança às crianças. Informou que a preocupação dos parlamentares era verificar transporte adequado, existência de sombra, disponibilidade de banheiros e oferta de lanche aos alunos, assegurando que tais aspectos foram observados. Reconheceu que problemas podem ocorrer, como a questão do fardamento, explicando que havia débito superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da gestão anterior junto a fornecedor, o que inviabilizaria novo fornecimento sem quitação. Argumentou que tal situação poderia ocorrer com qualquer empresário que tivesse crédito a receber do município. Destacou que, embora o fardamento fosse previsto para o início da gestão, surgiram entraves não conhecidos anteriormente. Avaliou que a professora Nilda conseguiu contornar a situação ao propor o cartão, o qual fomentará a economia local e concederá autonomia às famílias e estudantes. Defendeu que o cartão representa inovação no município e que, ao invés de apenas questionar sua viabilidade ou futura licitação, é importante reconhecer sua relevância econômica e social. Afirmou que poderia ter optado por enfatizar pontos negativos do desfile, mas preferiu destacar os aspectos positivos e os avanços da gestão. Concluiu manifestando confiança de que, nos próximos anos, os resultados aparecerão em indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em aprovações em instituições como a Escola Técnica Federal e na melhoria do desempenho dos alunos na transição para a rede estadual, defendendo que o momento é de ajustes para colher frutos futuros. Finalizou parabenizando a vereadora Rhalessa de Clênio, a gestão municipal e os vereadores presentes. A vereadora agradeceu ao vereador Diego e a todos que realizaram apertes. Em seguida, afirmou que, após mencionar um sentimento de felicidade, precisava também registrar um sentimento de profunda tristeza. Relatou que uma vida havia sido ceifada, uma família destruída e filhos haviam ficado órfãos. Informou que a jovem Erika Silva foi espancada até a morte e sofreu facadas, crime ocorrido na mesma avenida onde anteriormente havia destacado a realização

do desfile cívico. Declarou que faltavam palavras para descrever a dor do ocorrido, classificando o fato como chocante. Afirmou que conhecia, desde a infância, inclusive a pessoa apontada como autora do crime, o que tornava a situação ainda mais dolorosa para todos os envolvidos. Relatou que conversava sobre o caso com o vereador Irani Guedes, ressaltando que, por residirem no mesmo bairro, conhecem praticamente as mesmas pessoas e famílias, cujas histórias se entrelaçam. Destacou que o município perdeu mais uma mulher vítima de feminicídio e enfatizou que essa luta não deve se restringir ao mês de agosto, recentemente encerrado, mas precisa ser constante, permanente e urgente. Afirmou que a pauta ultrapassa o mandato parlamentar e envolve toda a sociedade, exigindo atuação sensível do poder público, não apenas após a tragédia, mas também na prevenção, garantindo que, ao surgirem os primeiros sinais de violência, as mulheres tenham acolhimento, proteção e segurança para denunciar. Declarou que deixava registrado seu silêncio em sinal de respeito, mas reafirmava sua tristeza e reforçava que o enfrentamento à violência contra a mulher é bandeira prioritária de seu mandato. Agradeceu aos vereadores. Na sequência, a presidente interina, Rárika Bastos, somando-se à fala da vereadora Rhalessa de Clênio, mencionou a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher e a Procuradoria da Mulher da Casa Legislativa, solicitando que os vereadores utilizem suas redes sociais para alertar que qualquer gesto mínimo de violência contra a mulher deve ser denunciado. Ressaltou que crimes como o ocorrido com Erika não começam com violência extrema, mas com pequenas ações que evoluem gradativamente. Reforçou o pedido para que os parlamentares se tornem braços ativos nessa luta, destacando que, mesmo após o mês de agosto — período dedicado à conscientização sobre a violência contra a mulher —, a cidade ocupa posições preocupantes nos rankings estaduais, sendo o quarto município com maior número de casos de feminicídio. Solicitou legitimidade da Casa Legislativa e de cada mandato para mobilizar lideranças e apoiadores, lembrando que os vereadores representam a cidade. Como não havia mais inscritos, a presidente interina informou que passaria à Ordem do Dia e solicitou que os vereadores registrassem presença no *tablet*. Na sequência, o vereador Gabriel César solicitou questão de ordem, afirmando que havia sido citado anteriormente. Disse que desejava apenas trazer um

esclarecimento, afirmando que nada justificava os erros ocorridos no desfile cívico. Declarou que o que o incomodava não era a formulação de pergunta à prefeita, mas a falta de empatia e de se colocar no lugar do próximo. A Presidência ponderou que a fala do vereador deveria ser alvo de aparte e não questão de ordem. Afirmou que a questão de ordem não alteraria a sequência da Sessão e sugeriu que o vereador utilizasse a tribuna no dia seguinte para exercer o direito de resposta. O vereador Gabriel César insistiu em utilizar a questão de ordem, argumentando que havia sido citado nominalmente e que, conforme prática da Casa, parlamentares citados costumam se manifestar por meio desse instrumento. Houve debate acerca da natureza da questão de ordem, com a Presidência esclarecendo que tal instrumento deve referir-se a matéria que interfira no trâmite ou na ordem da Sessão. O vereador Gabriel César questionou, dizendo que a presidente usava da fala a todo momento, de forma aleatória. Solicitou que fosse demonstrado no Regimento a vedação à sua manifestação. A Presidência afirmou que não cercearia o direito de fala, mas reiterou que a questão de ordem precisa ter relação com a condução da Sessão. Após nova insistência, autorizou o vereador a falar, registrando expectativa de que a manifestação tivesse teor adequado ao instituto regimental. Com a palavra, o vereador Gabriel César declarou que a questão de ordem se dava por ter sido citado nominalmente, como ocorre tradicionalmente na Casa. Retomando o tema, afirmou que nada justificava os erros ocorridos no desfile cívico. Disse que o que o incomodava era ver crianças aguardando por duas, três ou quatro horas sob o sol, em razão de desorganização. Declarou que o incomodava a existência de contrato não cumprido pela secretaria e o que classificou como tentativa de “passar pano” para a gestão. Agradeceu e encerrou. Em seguida, o vereador Michael Borges solicitou questão de ordem e pediu a verificação da adequação do uso do instituto. Procedeu à leitura do artigo 248 do Regimento Interno, que define questão de ordem como toda dúvida levantada em plenário quanto à interpretação, aplicação ou legalidade do Regimento, devendo ser formulada com clareza e indicação precisa das disposições regimentais a serem elucidadas, sob pena de ser repelida sumariamente pela Presidência. O dispositivo também estabelece que, caso a matéria seja de alta indagação, poderá ser encaminhada à comissão competente, cabendo ao Presidente

decidir, sendo lícito recurso ao Plenário. O vereador Michael Borges esclareceu que existe tradição na Casa de suscitar questão de ordem em situações que não se enquadram no conceito regimental. Afirmou que o vereador Gabriel César agiu conforme prática consolidada, mas que tal prática seria equivocada. Ressaltou que a questão de ordem deve tratar de temas objetivos que interfiram no rito legislativo ou no curso da sessão, não se destinando a questões pessoais ou menções nominais. Explicou que, idealmente, ao suscitar questão de ordem, o parlamentar deveria indicar o artigo do Regimento que estaria sendo descumprido. Reconheceu que nem todos têm os dispositivos decorados, mas destacou que o fundamento deve estar vinculado ao rito e à ordem dos trabalhos. Agradeceu à Presidência. A Presidência agradeceu a explanação e dirigiu-se ao vereador Gabriel César, afirmando que, ao suscitar questão de ordem, a Mesa se dispõe a ouvir, pois é necessário que a Casa escute todos os vereadores. Pontuou que, caso o parlamentar tivesse se sentido ofendido ou não contemplado, poderia ter solicitado manifestação no momento oportuno do aparte. Esclareceu que, quanto à complementação de falas após o uso da tribuna, não se trata de aparte durante o discurso, mas de prerrogativa da Presidência para complementar ou conduzir os trabalhos, não configurando descumprimento regimental. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatada a presença dos vereadores Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, Leonardo Lima da Costa, Michael Borges de Souza Bernardino, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz e Thiago Fernandes da Silva. A presidente interina, Rárika Bastos, solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Rárika de Araújo Bastos, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki, Diego Américo de Carvalho, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Irani Guedes de Medeiros, José Afrânio Bezerra da Silva, José Michael Lucena Diniz, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva, Eder Rodrigues de Queiroz,

Thiago Fernandes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Raphaela da Silva Cruz e Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu-se à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: Requerimento Legislativo n. 274/2025 – “requer, ouvido o Plenário, autorização para que o Projeto de Lei Complementar n. 013/2025 – ‘dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores públicos de Parnamirim/RN, institui piso salarial mínimo e dá outras providências’ (autoria: Poder Executivo Municipal – Raimunda Nilda da Silva Cruz) – tenha sua tramitação em regime de urgência” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora) - recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Encerradas as deliberações, foi constatada a ausência do vereador César Augusto de Paiva Maia. A presidente interina passou a palavra ao 1º secretário para que procedesse com os avisos. O 1º secretário cumprimentou a presidente interina e informou que, no próximo dia 12, sexta-feira, das 8h30 às 16h, a equipe do Hemonorte estaria presente na Câmara Municipal para realização de coleta de doação de sangue. Convidou os vereadores, servidores, população presente e todos que acompanhavam a sessão a participarem da ação, seja como doadores regulares ou como novos voluntários. Registrou ainda a presença do ex-vereador Serginho no Plenário. Agradeceu e devolveu a palavra à presidente. Nada mais havendo a tratar, a presidente interina, Rárika Bastos, declarou encerrados os trabalhos às onze horas e cinquenta e dois minutos, convocando outra Sessão para o dia dez de setembro, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.



RÁRIKA DE ARAÚJO BASTOS

Vereadora/ Presidente interina



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM

MAIS PERTO DE VOCÊ

JOSÉ MICHAEL LUCENA DINIZ

Vereador/2º Vice-Presidente

THIAGO FERNANDES DA SILVA

Vereador/1º Secretário

EURICO SHIGÉYUKI DOS SANTOS SHIIKI

Vereador/2º Secretário